

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Petrobras diz que atuará em parcerias em leilão do pré-sal](#) 3

O Estado de S. Paulo

[Título: Petrobras põe fim a grandes concursos](#)..... 8

Folha de S. Paulo

[Título: Mercado vai definir se pré-sal está barato, diz ANP](#)..... 14

Valor Econômico

[Título: Equipe econômica prevê impacto de 0,11 ponto no IPCA do mês](#)..... 27

[Título: ANP projeta uma arrecadação maior para governo com licitação de blocos do pré-sal](#)
..... 28

[Título: Para secretário, dívida com a Petrobras em cessão onerosa não é ponto pacífico](#) 30

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Petrobras diz que atuará em parcerias em leilão do pré-sal	3
Título: Reajuste de 42,8% na bandeira	4
Título: Aneel aprova segundo leilão de linhas de transmissão para dezembro	7
Título: Nota.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Petrobrás põe fim a grandes concursos.....	8
Título: Conta de luz fica mais cara em novembro	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Com nova regra, tarifa de energia deverá subir 3,3% em novembro.....	11
Título: Preços da Petrobras apenas reagem ao mercado internacional, diz Parente	13
Título: Mercado vai definir se pré-sal está barato, diz ANP	14
Título: Luz mais cara para evitar o pior	16
Título: Não somos pautados pela Samarco, diz chefe de reparação de dano de tragédia	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	23
Título: Sobretaxa na conta de luz sobe de R\$ 3,50 para R\$ 5	23
VEÍCULO: Valor Econômico	25
Título: Aneel propõe aumento do custo da bandeira vermelha.....	25
Título: Equipe econômica prevê impacto de 0,11 ponto no IPCA do mês.....	27
Título: ANP projeta uma arrecadação maior para governo com licitação de blocos do pré-sal	28
Título: Para secretário, dívida com a Petrobras em cessão onerosa não é ponto pacífico	30
Título: Braskem reúne projetos de reciclagem em nova diretoria	31
Título: Petrobras se prepara para leilões do pré-sal	32
Título: Índice do 5º ciclo de revisão é criticado	33
Título: Setor de biodiesel cobra do governo previsibilidade	34

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez / Bruno Rosa****Título: Petrobras diz que atuará em parcerias em leilão do pré-sal**

Estatual deve ser seletiva, mas pode ir além de áreas selecionadas previamente

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou ontem que a empresa vai fazer parcerias com outras petroleiras para participar dos leilões da segunda e terceira rodada do pré-sal, marcados para sexta-feira. — Parceria é a maneira usual de se trabalhar nessa indústria — disse Parente, após participar da abertura da OTC (Offshore Technology Conference) Brasil, no Riocentro. Das oito áreas que serão ofertadas no certame, a Petrobras exerceu direito de preferência por três: Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio-Central. Isso significa que independentemente do consórcio vencedor, a estatal pode escolher se quer atuar como operadora. Parente não descartou a hipótese de fazer oferta por áreas além das que a companhia já indicou interesse, mas ressaltou que a empresa será seletiva. — A seletividade e a situação da empresa exigem que a gente faça lances somente naquelas áreas que possam ter um potencial maior — afirmou Parente. Segundo o executivo, a empresa mantém a meta de venda de ativos de US\$ 21 bilhões até o fim de 2018, apesar dos diversos questionamentos às operações na Justiça, classificados por Parente como “naturais”.

ECONOMIA DE US\$ 5,35 BI

Em relação à Braskem, que faz parte do plano de desinvestimento, Parente disse que as negociações com a Odebrecht sobre a participação da estatal ainda estão em andamento. — As conversas caminham bem. Não temos um acordo fechado ainda. Mas queremos ter o mais cedo possível — disse. No caso da abertura de capital da BR Distribuidora, ele disse que ainda não é possível definir uma data exata para a operação. A previsão era que a operação ocorresse até dezembro: — É uma decisão que depende do Conselho de Administração da companhia e vai levar em conta as condições de mercado. A Petrobras informou que pretende economizar US\$ 5,35 bilhões até 2026 com a instalação de equipamentos submarinos no pré-sal. — Essa redução inclui 16 iniciativas com um preço do petróleo na casa dos US\$ 50 durante esse período — afirmou Cristina Pinho, gerente-executiva de Sistemas Submarinos da Petrobras durante apresentação na OTC Brasil.

NEGOCIAÇÃO COM GOVERNO

Também presente ao evento, o secretário de Petróleo e Gás do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, Marcio Felix, afirmou que espera fechar acordo com a Petrobras até o fim do ano a respeito da cessão onerosa. A negociação se refere ao contrato fechado entre União e Petrobras para exploração de 5 bilhões de barris de óleo equivalente na época da capitalização da companhia, em 2010. O contrato previa uma renegociação posterior. Segundo ele, a meta é fazer um leilão do pré-sal com as áreas da cessão onerosa, que poderiam compor a quarta e a quinta rodada previstas para junho de 2018.

— Ainda não é ponto pacífico que a Petrobras vai receber recursos com a cessão onerosa. Estamos discutindo as condições — afirmou. Félix ressaltou que a expectativa é que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprove as áreas dos dois leilões (15ª rodada e 4ª rodada do pré-sal) até meados de novembro. — Vamos fazer ajustes nas áreas que a ANP (Agência Nacional do Petróleo) apresentou. Não faz sentido leiloar áreas que já foram ofertadas no passado. A 15ª rodada vai ter áreas da margem equatorial, do Sudeste (bacias de Santos e Campos) e áreas em terra. A 4ª rodada do pré-sal também terá boas áreas. Um indicativo do apetite que vamos ver é quando a Petrobras mostrar seu interesse, exercendo direito de preferência.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Machado, Glauce Cavalcanti E Danielle Nogueira

Título: Reajuste de 42,8% na bandeira

Cota extra sobe a R\$ 5, e governo estuda socorro a distribuidoras. Analistas esperam mais aumentos

- Com a previsão de um rombo de R\$ 6 bilhões das distribuidoras este ano e com reservatórios de hidrelétricas em patamares inferiores aos de 2001, ano do racionamento, o governo estuda socorrer o setor elétrico. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem em São Paulo que estão em análise alternativas para ajudar as empresas, mas observou que as medidas não podem causar desequilíbrio no Orçamento. Uma primeira ação foi colocada em prática logo em seguida. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um aumento de 42,8% no valor cobrado pela bandeira vermelha no patamar 2, a cota extra em vigor atualmente no país.

Mas a previsão é que outras providências sejam tomadas. Mesmo assim, analistas preveem que a conta recaia sobre o consumidor, com novos reajustes em 2018 e uma frequência maior de cobrança da cota extra na conta de luz. — Estamos estudando (ajuda) desde que não desequilibre o Orçamento — afirmou Meirelles, sem dar detalhes. Entre as medidas que podem auxiliar as empresas,

a Aneel avalia autorizar as distribuidoras a adiarem o pagamento pela energia às geradoras para o último dia do mês. Outra ação em análise é o repasse de recursos do fundo setorial Conta de Energia de Reserva, que está superavitário em cerca de R\$ 1 bilhão. Nestes dois casos, não há custo extra para o consumidor.

PARA CARIOCA, ALTA DE 2,7% NA CONTA DE LUZ

Com a decisão de ontem da agência, a bandeira vermelha patamar 2, que foi acionada pela primeira vez em outubro, passa de R\$ 3,50 para R\$ 5. A previsão é que ela continue vigente em novembro. A proposta de reajuste da cota extra deveria valer a partir de 2018, mas foi antecipada para os dois últimos meses deste ano diante da situação dos reservatórios. A bandeira tarifária sinaliza ao consumidor que o custo de geração da energia subiu, o que ocorre quando é necessário acionar termelétricas. Para o morador do Rio de Janeiro, a previsão é de um aumento de 2,7% na conta de luz. O cálculo leva em conta a média de consumo na cidade em setembro, de 257 kilowatts-hora, equivalentes a R\$ 118. Nesse exemplo, a tarifa subiria a R\$ 121,50. João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos Energia, estima que o reajuste deve resultar em aumento médio de 2% a 3% no país: — Está se tentando atenuar o problema, mas a situação é grave. Para o consumidor, ameniza o reajuste da conta em 2018. Sem a taxa extra, poderia ser bem mais alto. Somente o preço da bandeira em vigor, que representa o custo mais elevado, subiu.

A amarela foi reduzida de R\$ 2 para R\$ 1. A bandeira vermelha nível 1 continuará em R\$ 3. Quando a bandeira verde está em vigor, não há taxa extra na conta de luz. A situação hídrica neste ano é tão delicada, no entanto, que a bandeira tarifária não está dando conta de cobrir os custos adicionais decorrentes da geração por meio de termelétricas. O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que o déficit na conta das bandeiras é de R\$ 1,7 bilhão hoje. Isso significa que o custo total de geração de energia não está sendo coberto nem pelas tarifas nem pelas bandeiras. Se não houvesse mudança no modelo, como foi feito ontem, a previsão era que esse rombo atingisse R\$ 6 bilhões em dezembro. Segundo Rufino, o déficit pode ser revertido com a recalibragem das bandeiras. — Colocamos em vigência a partir de novembro dada a situação severa dos reservatórios. Esperamos que venham chuvas, porque o sinal que se temos é que dificilmente sairemos da vermelha patamar dois em novembro. A situação hídrica é, de fato, crítica. Estamos indo para o quarto ano consecutivo de nível de armazenamento em baixa — disse o diretor-geral da Aneel.

A Aneel mudou também a forma como as bandeiras são acionadas. Até então, o modelo era muito sensível aos preços no curto prazo e à previsão de chuvas para as semanas seguintes. O problema é que, quando chove menos que o

previsto, o sistema fica “descalibrado”, recolhendo menos que o necessário para bancar o custo das termelétricas mais caras. Além disso, envia ao consumidor um sinal errado sobre a situação do setor. Agora, a Aneel vai deixar o modelo de acionamento das bandeiras tarifárias mais suscetível ao nível dos reservatórios — o que leva o governo a acionar mais termelétricas. Como os reservatórios estão em baixa, a tendência é haver mais bandeiras vermelhas nos próximos meses. Até agosto, por exemplo, a bandeira ficou vermelha três vezes. Se o novo modelo de acionamento estivesse em vigor, seriam cinco vermelhas — e três vezes no segundo patamar. O diretor-geral da Aneel afirma que as mudanças aprovadas pelo órgão regulador vão permitir que o sistema seja mais estável e menos volátil. Antes do anúncio da Aneel, o ministro da Fazenda comentou a possibilidade de reajuste:

— O importante é que o aumento de preços reflita a realidade. Não podemos criar distorções insustentáveis na economia. O que temos de fazer é trabalhar para baixar os custos, e é essa agenda de reformas de produtividade que temos, a chamada agenda de reformas microeconômicas. Visa exatamente a baixar os custos de produção e de geração. Meirelles disse, ainda, que o aumento da bandeira pode ajudar a trazer a inflação para o piso da meta. Hoje, o IPCA, índice oficial, acumula alta de 2,54% em 12 meses até setembro. O piso da meta de inflação do ano é 3%. Para o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, a decisão da Aneel foi positiva, mas as concessionárias continuarão com custos maiores que a arrecadação: — A decisão foi muito importante porque ameniza a situação de descompasso de caixa. Mas outras medidas terão de ser tomadas. Estamos vivendo uma situação hidrológica complicada. Para mitigar esse custo, é necessário que haja arrecadação maior por parte das distribuidoras.

‘A SAÍDA É INIBIR O CONSUMO’, DIZ PINGUELLI

Segundo Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, chegou a ser discutida no setor a criação de um novo patamar de bandeira tarifária, ainda mais alto. — Acredito que entrará na consulta pública a criação de uma bandeira preta, acima da atual vermelha patamar 2, com uma proposta de aumentar ainda mais a cobrança da taxa extra. Para Roberto D’Araujo, diretor do Instituto Ilumina, a situação atual pode causar maiores reajustes em 2018, e a taxa extra pode se tornar estrutural: — O que estamos pagando hoje não chega a um quarto do que já se pagou em combustível para as termelétricas pelas distribuidoras. A gerente de projetos da consultoria PSR, Paula Valenzuela, não descarta a hipótese de o governo se ver obrigado a reeditar a medida adotada em 2013 e 2014, um aporte bilionário do Tesouro seguido de empréstimo de um pool de bancos às distribuidoras.

Na época, o consumidor acabou arcando com encargos na conta de luz: — O pano de fundo é semelhante ao daquela época, com aumento dos custos variáveis das distribuidoras devido à elevação do risco hidrológico e dos custos com as termelétricas. Dirigentes das distribuidoras, porém, têm dúvidas quanto à viabilidade da operação. Luiz Pinguelli Rosa, professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, lembra que a crise, até aqui, atenuou o agravamento da situação dos reservatórios e de alta do custo da geração: — Com a demanda reprimida, o consumo caiu. A indústria reduziu a utilização. O patamar vinha cômodo. Agora, a saída é inibir o consumo. Mas é um reajuste muito forte. l

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Aneel aprova segundo leilão de linhas de transmissão para dezembro

Investimentos previstos nos 11 lotes em dez estados somam R\$ 8,8 bi

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou, ontem, o edital do leilão para construção de novas linhas de transmissão de energia elétrica e subestações. Esta será a segunda licitação do tipo feita neste ano pelo governo. O certame está previsto para ocorrer no dia 15 de dezembro, na sede da B3 (antiga BM&FBovespa), em São Paulo. Os investimentos previstos somam R\$ 8,8 bilhões. O leilão será dividido em 11 lotes, com empreendimentos nos estados de Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Tocantins.

RECEITA ANUAL DE R\$ 2 BI

Os empreendimentos totalizam 4.919 quilômetros de linhas de transmissão. A Aneel prevê a geração de 17.868 empregos durante a construção das linhas de transmissão. Entre os lotes que serão colocados em leilão, estão duas linhas que serão usadas no escoamento da energia elétrica gerada na usina de Belo Monte, no Pará. Uma das linhas, com valor de investimento estimado em R\$ 2,7 bilhões, será construída entre o Tocantins e o Pará, com o objetivo de expandir a ligação entre Norte-Sudeste e Norte- Nordeste. Outro lote, cuja linha vai de Tocantins à Bahia, é parte da solução de escoamento de energia de Belo Monte para a região Nordeste e transmissão do potencial eólico previsto na região Nordeste. Nesse tipo de leilão, a vencedora é a empresa que aceitar receber a menor remuneração em relação ao teto fixado no edital. Chamada tecnicamente de Receita Anual Permitida (RAP), a remuneração máxima total do leilão será de R\$ 2,012 bilhões. ()

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Nota**

Lobby nuclear

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares vai propor a criação de um consórcio de cidades prejudicadas pela paralisação das obras de Angra 3, que se somará a quem defende a retomada. Para a associação, seriam necessários R\$ 17 bilhões para concluir a usina, e R\$ 12 bi para enterrar de vez a obra.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Denise Luna / Fernanda Nunes****Título: Petrobrás põe fim a grandes concursos**

Companhia afirma que seu encolhimento e reforma trabalhista também levam estatal a acabar com programas de demissão voluntária.

A Petrobrás vai acabar com os grandes concursos para contratação de novos empregados e também com os programas de incentivo à demissão voluntária (PIDV), disse o diretor de Recursos Humanos da empresa, Hugo Repsold. Com a reforma trabalhista, que passa a valer no mês que vem, e também com o encolhimento da estatal, a empresa considera não haver mais motivo para manter o ritmo de contratações e lançar planos de desligamento. “Nunca mais vai ter concurso para 2 mil pessoas. Agora, vamos fazer concursos de 100 pessoas, 50 pessoas, de 30 vagas, coisas pontuais para resolver aposentadorias”, disse Repsold. Ele participou ontem do evento OTC Brasil 2017, uma versão local da maior feira mundial do setor, que acontece no Texas (EUA). No caso dos PIDVs, daqui para frente, toda vez que a Petrobrás quiser demitir, vai entrar em acordo direto com os trabalhadores, uma modalidade de desligamento que se tornará viável com a reforma trabalhista.

Até então, a estatal era obrigada a cumprir as condições previstas no acordo coletivo fechado com os sindicatos. O último programa foi encerrado em setembro deste ano, com a adesão de 11,7 mil funcionários, a maior parte em idade para se aposentar. Desde 2014, 16 mil foram incentivados a deixar a empresa. Reação. A notícia não agradou à Federação Única dos Petroleiros (FUP), que representa a maioria dos empregados e promete buscar “ações nos campos jurídico e político quando o processo for colocado em prática”, como

afirmou o presidente da entidade sindical, José Maria Rangel. Ele disse não ter sido informado da decisão de que a empresa vai acabar com os grandes concursos e partir para os acordos diretos de demissão.

“Essa posição do diretor só reforça nossa certeza de que a empresa vai se adaptar à reforma e caminhar para a terceirização, voltando-se exclusivamente para o pré-sal”, disse Rangel. O fim das contratações em massa contrapõe o discurso de otimismo do presidente da empresa, Pedro Parente, na abertura do evento. “Conseguimos iniciar a recuperação da indústria do petróleo. O setor deu uma virada para melhor e o ambiente se tornou mais atrativo”, afirmou. Ele destacou o interesse especial pelo pré-sal que, em sua opinião, não só é viável como é competitivo em relação a outras oportunidades existentes no mundo. A Petrobrás não descarta apresentar ofertas no leilão de pré-sal, que acontecerá na sexta- feira, para mais do que as três áreas nas quais já exerceu o direito de preferência de ser operadora – Sapinhoá, Alto Cabo Frio e Peroba.

Pela lei de partilha, que define as condições de exploração e produção na região, a estatal tem o direito de liderar os projetos da sua preferência. Mas pode também concorrer pelos demais blocos ofertados pelo governo em pé de igualdade com as outras petroleiras. Nas áreas onde já opera, a empresa trabalha para reduzir o custo em US\$ 5,3 bilhões até 2026, com a adoção de 16 iniciativas focadas exclusivamente em sistemas submarinos. A expectativa é cortar gastos na compra e na instalação de dutos, os itens que mais pesam na conta. Leilão-surpresa. Também presente na OTC, o secretário do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, Márcio Felix, anunciou que haverá uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para redefinir os blocos que serão ofertados na 15.ª Rodada, de pós-sal, prevista para março de 2018. A ideia é colocar “uma área surpresa” que torne o leilão mais atraente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Conta de luz fica mais cara em novembro

Estiagem prolongada leva Aneel a aumentar, de R\$ 3,50 para R\$ 5,00, o adicional cobrado nas tarifas de energia a cada 100 kWh consumidos.

A seca persistente e o baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas vão elevar ainda mais as contas de luz a partir de novembro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu aumentar, de R\$ 3,50 para R\$ 5,00, o adicional cobrado nas tarifas a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. É a bandeira vermelha patamar 2 com uma cobrança ainda mais cara. A falta de chuvas fez com que os novos valores, que valeriam apenas a partir de janeiro, fossem

antecipados para novembro. Para os usuários que mantiverem o mesmo consumo do mês de outubro, o impacto total na conta de luz deve ser de 3,5%, segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Nas contas da Aneel, a mudança terá efeito um pouco menor, de 3,01%. Com as alterações propostas pela Aneel, o sistema das bandeiras tarifárias vai passar a levar em consideração o nível dos reservatórios das hidrelétricas (risco hidrológico).

Até então, o modelo considerava apenas o preço da energia no mercado à vista (PLD). Por isso, era muito influenciado por chuvas que ocorressem na última semana do mês e até mesmo por previsões meteorológicas. Assim, houve meses em que os níveis dos reservatórios caíram e, mesmo assim, vigorou a bandeira verde. No novo modelo, a bandeira verde será acionada quando não houver déficit hídrico, ou seja, quando as usinas estiverem em condições de garantir a produção de toda a energia que vendem em seus contratos. Quando as hidrelétricas tiverem de poupar água em seus reservatórios, gerando menos energia do que deveriam, e o governo mandar ligar as usinas termoeletricas, que fornecem eletricidade mais cara, a aplicação da bandeira vai depender de uma relação entre essa produção mais baixa e o custo da energia no mercado de curto prazo (PLD).

De acordo com o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, as contas de luz devem ter bandeira vermelha em seu segundo patamar em novembro. A decisão será tomada na sexta-feira. “O modelo antigo tinha uma sensibilidade exagerada em razão de chuvas pontuais. Agora, vamos passar a olhar mais para a realidade do setor elétrico”, afirmou o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. Situação crítica. Rufino reiterou que a situação hídrica é crítica, pois o País já registra o quarto ano consecutivo de estiagem e chuvas abaixo da média histórica. “Não há nenhum risco de desabastecimento de energia, mas cada vez mais teremos de acionar termoeletricas, que geram energia mais cara”, disse.

“O consumidor deve evitar o desperdício para aliviar custos. O comportamento do consumidor contribui para a volta de um maior conforto ao sistema”, afirmou Rufino. Atualmente, a conta das bandeiras tarifárias tem déficit de R\$ 1,7 bilhão. Isso significa que o custo de geração de energia não é coberto nem pelas tarifas, nem pelas bandeiras. Se não houvesse mudança no modelo, a previsão era que esse rombo atingisse R\$ 6 bilhões, segundo a Abradee, o que levaria a reajustes bem maiores no ano que vem. O sistema de bandeiras tarifárias é uma forma diferente de cobrança na conta de luz. O modelo reflete os custos variáveis da geração de energia. Antes, esse custo era repassado às tarifas uma vez por ano e tinha a incidência da taxa básica de juros, a Selic, o que deixava a conta mais cara. Agora, esse custo é cobrado mensalmente e permite ao consumidor adaptar seu consumo e evitar sustos na conta de luz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: ANAIS FERNANDES /TAIS HIRARA/SP****Título: Com nova regra, tarifa de energia deverá subir 3,3% em novembro**

O aumento nos valores das bandeiras tarifárias anunciado nesta terça-feira (24) pela Aneel (agência reguladora do setor elétrico) terá um impacto pequeno para o consumidor final. Na média, o aumento na conta de luz do brasileiro será de 3,3% em novembro, segundo a consultoria TR Soluções.

O cálculo foi feito com base na tarifa média do país, pois o valor varia em cada Estado e em relação ao nível de tensão de cada consumidor. Em São Paulo, por exemplo, onde a tarifa é mais baixa, o impacto será de 3,6%.

A Aneel alterou os valores cobrados por bandeira: a amarela ficou 50% mais barata e a vermelha 2 –que está em vigor neste momento– aumentou 43%. A vermelha no patamar 1 fica igual (R\$ 3).

Na prática, a conta de luz vai sofrer um adicional de R\$ 1,5 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumido.

O aumento vai reunir um volume maior de recursos para aliviar o caixa das distribuidoras, que estão pagando mais caro pela energia por causa da crise hídrica.

A função das bandeiras é compensar gastos adicionais nos momentos de crise de geração de energia: como o reajuste da conta de luz ocorre uma vez por ano, as bandeiras são uma forma de as empresas terem renda extra antecipadamente.

Outro papel da tarifa extra seria sinalizar ao consumidor que é preciso diminuir o consumo –na prática, porém, isso não ocorre, afirma Edvaldo Santana, presidente da Abrace (associação das grandes consumidoras de energia).

As bandeiras são acionadas principalmente quando falta água nos reservatórios das usinas, há redução na geração hídrica e as distribuidoras precisam contratar energia mais cara para compensar.

O valor anterior da bandeira, porém, se mostrou insuficiente para para cobrir os gastos extras das companhias, que previam um rombo de R\$ 6 bilhões até o fim de 2017.

Com a mudança, a previsão caiu para R\$ 5 bilhões –ou seja, melhorou, mas continua grave, diz o presidente da Abradee (associação das distribuidoras), Nelson Leite.

"Se tivéssemos aplicado [as mudanças] desde o começo do ano, o saldo hoje seria positivo, mas esses valores significariam uma mudança muito agressiva. A ideia é diminuir o problema, mas não vai dar para resolver a liquidez das distribuidoras só com base nesse mecanismo", afirmou Tiago Correia, diretor da Aneel e relator da proposta.

DISTRIBUIDORAS

Como o aumento na conta não será suficiente, as empresas pedem medidas adicionais para aliviar o caixa.

Uma das possibilidades seria uma revisão tarifária extraordinária. Na prática, seria elevar as tarifas para compensar o risco hidrológico, que é o fator de maior peso no reajuste atualmente.

A medida ainda será avaliada pela Aneel, afirma Leite.

Outras ações são pedidas pelas distribuidoras, como aumentar o prazo de pagamento da energia comprada no mercado de curto prazo –que tem alto custo e é usada para compensar a baixa geração hidrelétrica.

Outro pleito é usar os recursos do Coner, que é uma espécie de fundo abastecido por recursos de geradoras de energia contratadas em leilões de reserva. A estimativa do setor é que esse fundo tenha cerca de R\$ 1 bilhão, que poderia ser rateado entre as distribuidoras, diz Leite.

O governo considera tomar medidas de socorro às distribuidoras, contanto que estas não afetem o orçamento, afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, nesta terça, sem dar mais detalhes.

Um dos fatores de preocupação é que há pouco espaço para as distribuidoras contraírem novos financiamentos, devido ao alto nível de endividamento. Elas ainda não terminaram de pagar empréstimos feitos em 2014, quando outra crise gerou um rombo de cerca de R\$ 23 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** NICOLA PAMPLONA DO RIO**Título:** Preços da Petrobras apenas reagem ao mercado internacional, diz Parente

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou nesta terça (24) que a estatal apenas reage à variação dos preços dos combustíveis no mercado internacional.

Os preços de gasolina, diesel e gás de botijão tiveram alta expressiva no ano, devido a fatores diversos, como impactos de furacões nos Estados Unidos e alta de impostos.

Na última semana, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a gasolina no Brasil custava, em média R\$ 3,88 por litro, R\$ 0,40 acima do registrado antes de a empresa alterar sua política de preços. No dia 4 de julho, a empresa autorizou sua área técnica a realizar reajustes diários, para tentar competir com o crescimento das importações por terceiros. Já o diesel era vendido a R\$ 3,22 na semana passada, um aumento de R\$ 0,24 no mesmo período.

"Dizer que a Petrobras fixa preços dos combustíveis é uma ideia que não corresponde à realidade. A Petrobras reage aos preços de mercado", disse Parente, em entrevista durante a edição brasileira da feira OTC (Offshore Technology Conference).

Ele citou o aumento das alíquotas de PIS/Cofins promovido pelo governo no fim de julho e os impactos do furacão Harvey em refinarias americanas como fatores externos que levaram à alta de preços.

Nos últimos meses, o gás de botijão passou a ser um dos vilões da inflação, com altas sucessivas promovidas pela empresa em resposta ao aumento das cotações internacionais.

Questionado sobre a possibilidade de novos aumentos, Parente disse que é difícil prever o comportamento de preços, mas há hoje estabilidade nas cotações, em torno de US\$ 56 ou US\$ 57 por barril.

ATIVOS

Parente reforçou que a empresa mantém a meta de vender US\$ 21 bilhões em ativos até o final de 2018 e disse que as liminares que hoje questionam operações "podem atrasar, mas não impedem" as operações.

Atualmente, ações na Justiça e questionamentos do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) atingem negociações que equivalem a 40% do valor já arrecadado pela Petrobras em seu plano de desinvestimentos. O presidente da Petrobras evitou adiantar detalhes sobre a venda de ações da BR, considerada um dos principais operações do plano. Disse apenas que trabalha para realizar a oferta "o mais rápido possível".

A estatal já deu entrada nos pedidos para lançar até 40% das ações da distribuidora no mercado.

Parente disse ainda que a Petrobras será seletiva e que lançaram mão de parcerias nos leilões do pré-sal que o governo realiza na próxima sexta (27). A estatal exerceu o direito de preferência por três das oito áreas que serão oferecidas e terá direito de opera-las mesmo que outro consórcio vença as disputas.

Parente não descartou, porém, a participação em ofertas por outros blocos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Mercado vai definir se pré-sal está barato, diz ANP

O diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás ou Biocombustíveis), Decio Oddone, rechaçou nesta terça (24) críticas sobre o preço de venda das áreas do pré-sal e disse que "o mercado é quem vai definir se está barato".

Ele comentou estudo de consultores da Câmara dos Deputados, que classificam como "muito baixos" os percentuais de petróleo que deverão ser entregues ao governo pelos vencedores dos leilões que acontecerão na próxima sexta (27).

"Quem vai definir se está barato é o mercado", defendeu o diretor-geral da ANP, em entrevista após a abertura da edição brasileira da feira OTC (Offshore Technology Conference), no Rio.

"Se não vendermos todas as áreas, é porque estava caro. Se vendermos pelo preço mínimo, foi justo. E se tiver disputa, é porque o mercado está disposto a pagar", disse ele.

A ANP vai oferecer oito áreas do pré-sal nos leilões. O bônus de assinatura por elas é fixo —somadas, elas valem R\$ 7,75 bilhões— e a disputa será vencida pela

empresa ou consórcio que se comprometer a entregar o maior volume de petróleo ao governo, depois de descontados os custos, o chamado óleo-lucro.

O estudo da consultoria legislativa da Câmara compara condições econômicas de uma mesma reserva, que já está em operação e terá parte da jazida oferecida na sexta.

Eles tomam como exemplo o campo de Sapinhoá, na bacia de Santos, hoje o segundo maior produtor de petróleo do país. A parte já em produção transferiu ao governo, no segundo trimestre, o equivalente a 28,67% da receita líquida do projeto a título de participação especial.

Na área do Entorno de Sapinhoá, que trata-se de uma extensão da mesma jazida, o percentual mínimo do óleo-lucro é de 10,34% —portanto, quase dois terços menor. O valor varia ao longo do contrato de acordo com a produtividade dos poços e o preço do petróleo.

Considerando a cotação atual e uma produtividade acima de 24 mil barris por dia, como ocorre em Sapinhoá, a nova área pagaria hoje 15,56% da produção do óleo-lucro, pouco mais da metade que a Petrobras e seus sócios recolhem em participação especial.

Oddone argumentou que os preços são definidos com o objetivo de garantir ao governo uma participação de 75% na riqueza gerada por cada projeto, considerando royalties e impostos.

"Isso significa que, retirando os custos, sobra um montante e, desse montante, o governo fica com 75%", explicou.

No caso dos contratos de concessão, a média de participação governamental fica abaixo dos 70%, disse ele, mas o percentual sobe em campos de grande produtividade, como Sapinhoá, que pagam a participação especial.

Também presente ao evento, **o secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Felix**, disse que os valores propostos para as áreas do pré-sal foram discutidos com o Ministério da Fazenda e com o TCU (Tribunal de Contas da União).

"Passou pelo crivo de muita gente", defendeu. Ele disse que, para o leilão do ano que vem, os preços serão calibrados de acordo com os resultados da oferta de sexta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** vinicius torres freire (COLUNISTA)**Título:** Luz mais cara para evitar o pior

A conta de luz vai subir mais em novembro, como previsto. Se não vier chuva e caso haja bom senso na administração da economia e da eletricidade, essa conta deveria ficar ainda mais cara. Pega mal dizer tal coisa, mas é a solução mais prudente.

Embora seja mero chute falar de racionamento antes de fevereiro, por aí, a situação dos lagos das hidrelétricas é crítica. É preciso poupar energia (e, pois, a água desses reservatórios). Para tanto, temos de usar mais da energia muito mais cara das termelétricas (que são uns geradores monstruosos movidos a óleo, biocombustível, gás ou carvão). Assim, o custo de produzir eletricidade não vai, não deve nem pode cair tão cedo.

Na verdade, a energia já está mais cara, no atacado. O problema é saber quem paga a conta final.

Há uma conversa maluca no governo de dar uma "ajuda" às distribuidoras (as empresas que nos vendem a energia), que dizem estar com as contas cada vez mais no vermelho, pois vendem energia a preço inferior ao que pagam. Se é o caso, como parece ser, passar essa conta para o governo é uma gambiarra velha, ineficiente e injusta.

Se o custo subiu por motivos alheios à administração das distribuidoras de energia, deve aparecer na conta de quem consome eletricidade, não na conta de todo mundo, na conta do governo, de resto quebrado. Além de justo, é eficiente: preço mais alto incentiva a moderação no consumo de um serviço mais escasso.

Nesta terça (24), a Aneel elevou o valor extra que se paga pela energia em tempos de escassez. Isto é, ficou mais cara a bandeira vermelha nível 2, que havíamos passado a pagar neste mês. Em vez de R\$ 3,50, o preço extra por 100 kWh consumidos será de R\$ 5 a partir de novembro.

Para resumir uma complicação insana, grosso modo essa cobrança de bandeira vermelha paga parte do custo extra de produzir energia por meio de termelétricas. É o preço de poupar água dos lagos das hidrelétricas. O nível médio dos reservatórios no país está abaixo de 19%. No outubro do apagão de 2001, estava em 23%.

Entendidos dizem que o reajuste da bandeira vermelha ainda não cobre esse custo extra. Mas o método de cobrança melhorou. A decisão de ligar as termelétricas depende de chuvas, do nível dos lagos das hidrelétricas e de consumo. Agora, levará menos em conta as chuvas, incertas e voláteis; terá mais peso o nível dos reservatórios, que não varia tanto assim de mês a outro e é fator mais importante na decisão de como administrar o sistema todo de modo prudente.

Vai demorar até os lagos voltarem a um nível mais seguro. Logo, as termelétricas ficarão ligadas por mais tempo. A encrenca é saber quanto mais se deve cobrar pela eletricidade, para o consumidor final.

O país está menos sujeito a racionamento porque pode produzir energia por outras fontes, térmicas e ventos, o que não era o caso em 2001. Ainda assim, chuva importa. Se não fosse a crise, a situação seria ainda mais crítica. Mesmo as projeções de aumento de consumo de eletricidade para este ano, 2%, vão ser frustradas (nos doze meses até agosto, o consumo nacional caiu, na verdade).

Caso a economia cresça, não chova e não se poupe a água dos reservatórios, vamos ter problema sério.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano

Autor: MARCELO LEITE DE SÃO PAULO

Título: Não somos pautados pela Samarco, diz chefe de reparação de dano de tragédia

Roberto Waack, 57, biólogo e empresário, não poupa críticas à política de ambiente no governo Michel Temer (PMDB): "Há sinais importantes de retrocesso", afirma o executivo escolhido para presidir a Fundação Renova, encarregada de consertar o estrago feito pela mineradora Samarco, há dois anos, na região de Mariana (MG).

Waack tem larga experiência na área ambiental. Trabalhou por sete anos na empresa Jari Florestal e outros nove na Amata, que ele próprio criou. Foi também membro ativo da Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura, que reúne entidades e firmas dispostas a engajar o setor florestal e agrícola no esforço de reduzir sua pegada ecológica.

A tarefa que a Renova tem pela frente é hercúlea: devolver a região impactada pelo derrame de rejeitos e o rio Doce não à condição anterior, que era péssima, mas a um estado exemplar. A fundação é bancada por Samarco e suas controladoras (Vale e BHP), mas Waack não vê ingerência.

Há um ano na fundação, ele afirma que os prazos de reassentamento e de indenização das famílias serão cumpridos. Diz que são naturais os atrasos e atritos e que o interesse comum a todos é evitar uma judicialização generalizada.

*

Folha - Dois anos depois do desastre, qual é o maior desafio da Fundação Renova?

Roberto Waack - Terminar o processo de indenização e reassentamento nas localidades destruídas pela lama. Está relativamente encaminhado, mas ainda não está entregue. Temos os prazos bem definidos, o ciclo de indenização deve terminar no meio do ano que vem, e os reassentamentos devem terminar, como previsto, no meio de 2019.

Não era para o reassentamento estar mais adiantado?

Todos os planos diretores, urbanísticos, foram terminados. Os terrenos foram comprados, e agora estamos na fase de final de licenciamento para início das obras. É um ciclo complexo, de escolha por consenso do local, e aí toda a atividade de projeto de engenharia, mensuração, relevo, áreas de preservação permanente, tratamento de efluentes, tudo isso já está feito. Agora está na fase final.

*Nesse processo para reassentamento, houve algum atraso? Na escolha do local, interferência do Ministério Público?

Não há atraso previsto no prazo de entrega. Gostaríamos de estar iniciando agora a supressão vegetal, embora seja uma área de eucalipto, mas precisa de licenciamento. Isso atrasou. Esse atraso gerou muita inquietude.

A população achou que ia haver um atraso na obra, mas não haverá. O processo estava indo com a comissão de moradores, com 100% de aprovação, mas houve uma série de questionamentos, principalmente nos ajustes finais, uma certa tensão com o Ministério Público local e com os órgãos envolvidos no licenciamento, mas não é um conflito, é a demanda natural desses órgãos, exigências.

A mudança do perfil da área, de zona rural para zona urbana, não é uma coisa muito fácil do ponto de vista de regras do licenciamento.

Por que a Fundação Renova ainda enfrenta alguns problemas de relacionamento com certos grupos de afetados pelo desastre? Considera que a representação deles na Renova é adequada?

Não. Acho que a representação precisa ser reforçada, a gente tem muito um esforço muito grande nisso, reconhece que a importância dos atingidos precisa ser maior na governança geral do Ttac [termo de ajustamento de conduta], não é nem na Renova -no Comitê Interfederativo [órgão criado pelo governo federal para analisar os programas da fundação], nas câmaras técnicas. Essa participação precisa ser mais forte.

No comitê, a representação dos atingidos, como tal, não existe. Ela se dá através de comitês de bacias, do Ministério de Desenvolvimento Social, da Defensoria Pública etc., mas não diretamente.

A mesma coisa na Renova. Hoje existe uma representação no Conselho Consultivo, que finalmente foi implementado, levou bastante tempo, porque as comunidades não reconheciam a Renova como organização criada com sua participação desde o início.

Realmente, o Ttac foi uma iniciativa inovadora super importante, mas que foi feita como poderia ter sido feita na época, com uma preocupação não tão grande como deveria ter com os atingidos.

No mês passado, o Conselho Consultivo foi completado. São 17 representantes, 10 dos impactados.

A ajuda financeira emergencial e a perspectiva de obter indenização deve ter atraído muitos oportunistas. A Renova já quantificou a parcela de cadastros que acabam impugnados por falta de comprovação desse vínculo real com a área impactada?

Não. O ciclo de elaboração do cadastro terminou agora. Ainda existem frentes de cadastro que ainda precisam ser feitas. Mariana é um caso, porque houve uma discussão do conteúdo do cadastro com a assessoria técnica que foi escolhida pelos moradores.

A gente estima que seja algo em torno de 20% a 30%, mas é uma estimativa muito grosseira. Quais são os critérios é algo que ainda precisa amadurecer. Como é um processo de negociação mediada, o entendimento da extensão do impacto não é preto e branco.

Dê um exemplo. Para o leigo parece óbvio: ou a pessoa mora numa área impactada pelos rejeitos, ou não mora.

Qual é o território impactado? Esta é a primeira discussão. Com a pluma [de rejeitos] navegando pela costa, qual é sua extensão? O quanto isso afetou efetivamente, por exemplo, o turismo?

A outra questão é a própria atividade. Um restaurante que perdeu clientes, ou a situação econômica na região foi ou não afetada –essa é uma discussão bastante complexa.

E tem uma questão muito crítica, a informalidade. A maior parte da economia é informal. O desafio da comprovação é muito grande. A Renova não está de acordo com a linha de que tudo tem de ser formalmente comprovado. Esse foi originalmente o desenho, mas a gente foi aprendendo que a maior parte aqui é informal. Se exigir comprovação, os mais vulneráveis acabam ficando de fora.

Estamos definindo grupo a grupo como esse processo vai ser feito. Tem o pescador totalmente informal, tem o pescador de subsistência, sem nenhum tipo de documentação, mas não se pode ignorar.

No fundo é preciso um envolvimento da sociedade, das cooperativas, das escolas, do sistema de saúde –você vai juntando esses elementos para chegar em números [médios] que sejam razoavelmente aceitos, pois dificilmente se vai conseguir fazer caso a caso.

Mas se espera muita contestação judicial, por exemplo da Defensoria Pública?

Acho que sim, e é natural. É um processo que não tem alternativa. Por isso é importante a assessoria técnica aos impactados, para evitar a assimetria de informação. A gente tem a preocupação de que não seja a fundação negociando com...

... o coitadinho lá.

Que tipo de suporte ele pode ter? Vários se agruparam, têm advogados, mas certamente o papel da Defensoria Pública e do Ministério Público é importante. A gente quer ter esse equilíbrio.

A Renova ainda é vista como um braço das mineradoras BHP e Vale? Por quem?

Ela é vista, sim. É natural. Vai levar tempo para a Renova ser percebida como uma organização que tem o foco em decisões essencialmente oriundas do Comitê Interfederativo com suas câmaras técnicas.

Se se observarem as mais de cem deliberações do comitê... Não houve nenhum mês sem reunião do comitê, ou várias reuniões das câmaras técnicas. São mais ou menos cem pessoas e mais de 70 organizações que dirigem a Renova.

Dizer que a Renova é controlada por suas mantenedoras não é verdade. Elas têm um papel importante, sim, o compromisso de alocar os recursos, a responsabilidade de fazer com que o processo de reparação e compensação ocorra, mas a governança é muito mais ampla.

Mas as mineradoras têm algum poder de veto?

Não. Poder de veto é algo que praticamente não existe nesse processo, de nenhuma das partes. Ele é feito para que se encontrem caminhos, uma instância de negociação permanente. Se o comitê emite uma deliberação e ela não for cumprida, entra-se num caminho de judicialização que ninguém quer. A gente não teve até hoje nenhum caso de confronto que não tenha sido encaminhado por negociação.

Há um comprometimento muito grande do Comitê Interfederativo, especialmente sob a liderança da doutora Suely [Araújo, presidente do Ibama], para encontrar esses caminhos. A Casa Civil tem atuado como um órgão de arbitragem. Sempre que há algum tipo de conflito aparentemente insolúvel, ela reúne todas as partes, e sempre temos encontrado caminhos. Isso indica claramente que ela [Renova] não é uma organização pautada por suas mantenedoras.

Qual é o valor envolvido?

Chega a R\$ 11,5 bilhões, mas isso é piso, não é teto.

Após um ano na Renova, acha que isso é pouco ou é muito?

Hum. [Pausa] Eu acho que é... suficiente. Não tem havido situações de restrição orçamentária para execução do que tem sido demandado. Mas é bom lembrar que nas atividades reparatórias não há teto.

Se o comitê decidir que algo tem de ser feito e isso ultrapassar os R\$ 11,5 bilhões, isso tem de ser pago.

Desde que previsto no termo de ajustamento de conduta. O Ttac, do qual todas as organizações são signatárias, é bastante preciso sobre o escopo das atividades.

O novo sistema de contenção de rejeitos será confiável e seguro a ponto de permitir a retomada das operações da Samarco?

Ele não tem nada a ver com a retomada das operações. O sistema de contenção de rejeitos está relacionado exclusivamente à garantia de que o rejeito que ainda ficou lá permanecerá lá.

Mas ele poderá comportar isso?

Difícilmente. Acho que não. O desenho que se discute para a retomada da Samarco, e a fundação não participa disso, pressupõe uma tecnologia completamente diferente.

A missão de regeneração do ambiente atribuída à Renova vai muito além da recuperação do rio Doce, prevê que ele se torne bem melhor do que era antes do desastre. Não haveria mais sentido em gastar parte desse dinheiro para aparelhar o Estado para que fiscalize de perto as barragens de mineração e previna a ocorrência dessas tragédias?

A segunda parte de sua pergunta tem de ser realizada de qualquer forma, mas não vinculando ao recurso para reparação. A reparação em si faz sentido se ela estiver associada a uma transformação do rio. O rio estava numa situação muito ruim. Fazer todo esse esforço e devolvê-lo para uma situação ruim não faz muito sentido. Essa ambição é uma opção válida.

Mais que aparelhamento do Estado, acho que se trata de eficiência na execução. Não sei se a alocação de mais recursos é o caminho.

O que acha do desempenho ambiental do governo Michel Temer? A reação extremada à extinção da Renca [Reserva Nacional do Cobre e Associados] foi mais devida ao sentimento "Fora, Temer" ou ao aumento da consciência ambiental em organizações que anteriormente não tinham essa prioridade?

Eu acho o seguinte: a agenda ambiental no governo Temer está bastante comprometida pela discussão política. Há sinais importantes de retrocesso. Essa agenda não é só governo, mas do Executivo e do Legislativo, o que afere a ela legitimidade.

Não acho que haja indicações de ações não republicanas nesse campo. O que existe sim é um jogo de poder em que a agenda ambiental deixou de ser prioridade e, de certa maneira, anda para trás.

Há um descuido, aí sim do Executivo, apesar dos esforços do Ministério do Meio Ambiente, para um diálogo mais intenso com a sociedade.

E não é só sociedade civil, é uma mudança muito grande. Grande parte do empresariado já percebeu a importância de uma agenda ambiental mais avançada, e principalmente a oportunidade dessa agenda. Poucos países do mundo têm condições de produzir commodities como o Brasil num modelo diferenciado, de baixo carbono, e essa oportunidade não está sendo considerada.

*

RAIO X

Idade

57 anos

Formação

Graduação em biologia e mestrado em economia na USP

Carreira

15 anos na indústria farmacêutica, 16 anos no setor florestal

Atividade empresarial

Criou a empresa Amata em 2007

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rodolfo Costa

Título: Sobretaxa na conta de luz sobe de R\$ 3,50 para R\$ 5

O consumidor deve preparar o bolso, pois as contas de luz ficarão mais caras em novembro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou ontem a revisão do sistema de bandeiras tarifárias e da metodologia para o acionamento das termelétricas, que geram eletricidade a um custo maior. A taxa extra determinada pela bandeira tarifária vermelha no patamar 2 — que vigora atualmente — subirá de R\$ 3,50 para R\$ 5 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, o que representa um reajuste de 42,86%.

Embora a definição da bandeira tarifária que vai vigorar no mês que vem esteja prevista para sexta-feira, é mais do que provável que permanecerá no nível atual. “Difícilmente sairemos do segundo patamar da bandeira vermelha em novembro”, admitiu o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino.

Com a expectativa de aumento dos gastos de famílias e empresas com tarifas de energia, o mercado começou a revisar as previsões de inflação no próximo mês e na média do ano. Segundo Márcio Milan, analista da Tendências Consultoria, apenas o custo com energia elétrica provocará um impacto entre 0,11 e 0,15 ponto percentual superior ao projetado atualmente sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Até segunda-feira passada, a Tendências previa, em novembro, uma alta de 0,34% do IPCA. O reajuste da bandeira tarifária vermelha no patamar 2 deve, agora, elevar o custo de vida no mês para algo entre 0,45% e 0,49%. Diante disso, Milan acredita que a inflação acumulada em 12 meses até novembro deve atingir 3,1% — nível que, antes do aumento de energia, só seria observado em dezembro. No fim do ano, segundo projeções preliminares feitas por ele, o IPCA chegará a 3,2%. “O consumidor não tem para onde fugir. Reajustes de energia elétrica são sempre repassados aos preços de bens e serviços”, disse.

A depender da manutenção da bandeira tarifária vermelha no patamar 2, é possível que o custo de vida continue sendo pressionado em dezembro e nos meses seguintes de 2018. Mas Milan prega cautela para projeções de longo prazo. “A Aneel anunciou uma nova metodologia, que promete uma previsibilidade maior e menor volatilidade dos preços”, destacou.

Modelo

O objetivo da Aneel em assegurar um sistema de bandeiras tarifárias mais estável e menos volátil vai levar em consideração o risco hidrológico, ou seja, a quantidade de água das chuvas que chega aos reservatórios das hidrelétricas. Para Rufino, a nova metodologia aperfeiçoa o modelo usado até agora, que leva em consideração apenas o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD).

“O modelo anterior tinha uma sensibilidade exagerada em razão de chuvas pontuais”, reconheceu. Na prática, o que ocorria era que chuvas intensas na última semana do mês, e até mesmo previsões de chuvas nesse período, influenciavam o sistema, ainda que não houvesse recomposição do nível dos reservatórios.

Diante da falta de chuvas e da situação crítica dos reservatórios, que se encontram nos menores níveis desde 2001, a revisão do modelo das tarifas era esperada. “Já estamos no quarto ano consecutivo com chuvas abaixo da média”, afirmou Rufino. O risco de desabastecimento, entretanto, não existe, afirmou o diretor da Aneel. “Mas, cada vez mais, teremos que acionar termelétricas”, admitiu. Atualmente, segundo ele, o sistema exige o acionamento de termelétricas com custo elevado, de R\$ 800,00 por megawatt-hora (MWh).

No novo modelo, a bandeira verde permanecerá sem taxa extra. Já o custo da bandeira amarela vai cair de R\$ 2 para R\$ 1 a cada 100 kWh consumidos. A bandeira vermelha no patamar 1 permanecerá em R\$ 3 a cada 100 kWh. A nova metodologia, no entanto, ainda pode ser alterada. Ela será debatida em audiências públicas em novembro e dezembro, em duas etapas.

A primeira etapa de debates prevê sugestão de mudanças pelos agentes econômicos. Na segunda, as alterações serão apresentadas para receber nova manifestação do setor. A versão definitiva do modelo, segundo Rufino, pode mudar após a audiência pública, bem como os valores e as faixas de acionamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Camila Maia | De Brasília e São Paulo

Título: Aneel propõe aumento do custo da bandeira vermelha

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentou ontem a proposta de aprimoramento da metodologia das bandeiras tarifárias, com mudanças nos valores cobrados dos consumidores e inclusão de outros critérios no cálculo, como o nível dos reservatórios das usinas, conforme antecipado pelo **Valor** em reportagem publicada na segunda-feira. Para evitar uma volatilidade na cobrança no mês de novembro, a diretoria da agência reguladora votou por implementar, em caráter excepcional, a mudança já para o próximo mês.

Com isso, a expectativa do mercado é que o segundo patamar da bandeira vermelha, acionado em outubro pela primeira vez desde o início do ano passado, seja mantido em novembro. Dados disponibilizados pela Aneel mostram que, se as mudanças já estivessem em vigor este ano, a bandeira vermelha em seu patamar mais elevado teria sido acionada também em maio, julho e agosto.

Segundo cálculos da consultoria TR Soluções, se as bandeiras estivessem seguindo as novas regras desde o início deste ano, a conta das bandeiras estaria positiva em R\$ 213 milhões. Ontem, representantes da Abradee (associação das distribuidoras de energia) afirmaram que a conta está com um déficit de R\$ 1,7 bilhão, montante que poderia chegar a R\$ 6 bilhões no ano sem a alteração da metodologia.

Além da inclusão de novos critérios na metodologia, a agência também propôs elevar o valor adicional cobrado quando acionado segundo patamar da bandeira vermelha, que deve sair de R\$ 3,50 a cada 100 quilowatts-hora (KWh) para R\$ 5 para cada 100 KWh. No caso da bandeira amarela, o ajuste veio no sentido inverso. O adicional de cobrança cairá de R\$ 2 para R\$ 1 a cada 100 kWh. Já a bandeira vermelha no primeiro patamar teve a cobrança adicional mantida em R\$ 3 pelos mesmos 100 kWh consumidos.

A proposta de aprimoramento dos critérios vai incluir também os custos com o déficit hídrico (medido pelo fator GSF) no cálculo da bandeira a ser acionada.

Esse critério considera a quantidade de energia que as hidrelétricas do sistema deixam de gerar por falta de água nos reservatórios. Registra-se nestes casos uma produção abaixo dos montantes definidos nos contratos.

Segundo o relator do caso na Aneel, o diretor Tiago Correia, a agência assumirá um critério mais conservador, mais sensível à elevação do custo real da energia. Isso, segundo ele, deve evitar os frequentes saldos negativos registrados na conta vinculada ao sistema de bandeiras tarifárias.

A ideia é que a inclusão das novas variáveis na sistemática de "gatilho" da bandeira faça com que a arrecadação prevista se aproxime mais dos custos realmente incorridos pelas distribuidoras com a geração de energia adicional pelas termelétricas.

Quando as termelétricas são despachadas, as distribuidoras pagam mensalmente o custo extra dessa energia, mas só são remuneradas nos reajustes tarifários, que acontecem uma vez ao ano. Esse montante é atualizado pela taxa Selic. As bandeiras tarifárias minimizam esse descasamento de caixa, pois o mecanismo permite que as distribuidoras arrecadem o pagamento extra no mês em que a energia é consumida. Para os consumidores, o benefício é a redução do custo financeiro da operação.

O principal objetivo das bandeiras é dar uma sinalização adequada aos consumidores sobre o custo real da energia consumida, o que a Aneel chama de ideia "pedagógica". Para o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, o parâmetro atual de acionamento das bandeiras está "pouco sensível" ao nível baixo de armazenamento dos reservatórios de água das usinas. Segundo ele, o novo critério será menos influenciado pelas "promessas de chuvas" e estará mais atrelado ao "nível real" dos reservatórios.

Foi o que aconteceu em junho deste ano, quando fortes chuvas registradas no fim de maio distorceram o modelo e fizeram com que a bandeira voltasse a ser verde, apesar de os reservatórios estarem com níveis muito baixos.

Rufino voltou a afirmar que as contas de luz do próximo mês dificilmente deixarão de indicar a bandeira tarifária vermelha no segundo patamar, pois o país vive uma "situação hidrológica que, fato, está crítica". "Chegamos no quarto ano consecutivo com armazenamento abaixo da média", disse o diretor em entrevista a jornalistas. Apesar da situação delicada, o abastecimento de energia elétrica do país está garantido, segundo o diretor.

O diretor Tiago Correia disse ontem que durante a audiência pública será possível fazer um "refinamento" dos cálculos para que a mudança passe a valer

definitivamente a partir de dezembro ou janeiro de 2018, sem que haja arrecadação maior ou menor que a necessária.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner, Thais Carrança e Arícia Martins | De Brasília e São Paulo

Título: Equipe econômica prevê impacto de 0,11 ponto no IPCA do mês

O acionamento da bandeira vermelha em novembro deve ter impacto da ordem de 0,11 ponto porcentual no IPCA, segundo cálculos feitos pela equipe econômica. O efeito na inflação, de acordo com uma fonte, ocorre uma única vez, enquanto perdurar a bandeira vermelha.

Cálculos feitos pelos técnicos apontam que, se a bandeira se mantiver ao longo de 2018, o impacto no Produto Interno Bruto (PIB) é negativo em 0,06 ponto porcentual, um número relativamente pequeno.

Diante do quadro hidrológico ruim e das notícias de possibilidade de racionamento, a equipe econômica buscou mais informações sobre o assunto e, pelo menos nesse momento, trabalha com a visão de que não haverá racionamento. Esse, de acordo com a fonte, seria o pior cenário para a atividade econômica. A lembrança que vem à mente, explica, é o que ocorreu em 2001, quando o "apagão" levou a perda de 1,5 ponto no PIB.

Agora, a leitura é que o país tem maior capacidade de geração de energia, por conta da possibilidade de acionamento das usinas térmicas, que, no entanto, geram risco de maior encarecimento do custo da energia. A questão é como isso é repassado ao consumidor.

A equipe econômica ainda não calculou possíveis impactos inflacionários e no nível de atividade do país, caso se confirmem as mudanças na metodologia de custo da energia e isso seja repassado ao consumidor. O assunto ainda está sendo tratado no âmbito do **Ministério de Minas e Energia** e ainda há um grau de cautela antes de se estimar possíveis impactos na economia, ainda que, de antemão, seja possível perceber que não serão favoráveis à inflação.

No caso da bandeira vermelha, a fonte lembra que, se houver melhora na hidrologia e a bandeira voltar a ser amarela no ano que vem, o impacto inflacionário será favorável na mesma proporção.

Para Márcio Milan, analista de inflação da Tendências Consultoria, a proposta da Aneel - que elevaria o valor do segundo patamar da bandeira vermelha de R\$ 3,50 para R\$ 5 por 100 kWh (quilowatt-hora) - resultaria em aumento de 3,5% a

4% nas tarifas de energia elétrica. Com isso, o impacto sobre o IPCA seria de 0,11 a 0,15 ponto percentual.

Para novembro, a estimativa de inflação seria elevada a 0,47% - contra projeção atual de 0,34%. Com isso, o IPCA acumulado em 12 meses iria a 3,1% (ante 2,96%) já em novembro, eliminando definitivamente a possibilidade de que o Banco Central tenha que escrever uma inédita carta para justificar inflação abaixo da banda de tolerância do sistema de metas no ano.

O IPCA abaixo do piso da meta chegou a ser o cenário visto como mais provável pelo mercado ao fim de setembro e início de outubro, mas desde meados deste mês o boletim Focus passou a apontar um IPCA acima de 3% ao fim de 2017. A projeção mais recente é de 3,06%.

Milan, diz que ainda é cedo para revisar as projeções para este e para próximo ano, porque o valor proposto ontem pela Aneel não foi oficializado e não é possível saber se a bandeira vermelha patamar 2 se manterá ao longo de 2018.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem, em São Paulo, que o Ministério da Fazenda não tem estimativas de qual será o impacto da energia elétrica na inflação, mas o Banco Central está fazendo essa análise.

Perguntado sobre se o aumento da tarifa de eletricidade residencial veio em uma hora ruim, Meirelles avaliou que não. "Acho que veio na hora correta. A inflação está oscilando em torno do piso da meta e isso significa que é melhor até, porque ajuda a inflação a ficar na meta. O problema seria a inflação abaixo do piso da meta", disse. Segundo Meirelles, é melhor que qualquer aumento desse item do IPCA ocorra ainda em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e André Ramalho | Do Rio

Título: ANP projeta uma arrecadação maior para governo com licitação de blocos do pré-sal

A arrecadação total do governo com relação aos oito blocos no pré-sal que serão leiloados na sexta-feira poderá superar o patamar de 75% da renda total oriunda da produção petrolífera futura dessas áreas, de acordo com expectativa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A arrecadação total inclui bônus de assinatura, que deverão ser pagos até 11 de dezembro, royalties e demais impostos relativos à produção futura das áreas.

Segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, a agência trabalhou com o alvo de 75% de "government take" - montante que o Estado se apropria da renda

gerada com a produção de petróleo de determinado campo - ao traçar o valor dos bônus de assinatura que serão exigidos para cada bloco ofertado nos dois leilões (totalizando R\$ 7,75 bilhões) e o percentual mínimo de óleo lucro que será destinado à União pela produção em cada área.

"Nós calculamos os bônus de forma matemática, profissional, com o objetivo de que o Estado tenha, entre bônus e alíquota [royalties e impostos] de 75% de participação na renda do petróleo. Esse é o objetivo nas principais áreas do pré-sal", afirmou Oddone, durante a Offshore Technology Conference (OTC) Brasil, principal evento do setor petrolífero do país este ano.

Questionado se ele esperava uma arrecadação total maior que o patamar de 75%, devido à eventual concorrência por blocos nos leilões de sexta-feira, o que elevaria o número do percentual de óleo lucro oferecido à União, Oddone respondeu positivamente. "Acreditamos que vai ter oferta para todas as áreas e que vai ter disputa nas principais áreas do pré-sal", disse o diretor do órgão regulador.

Oddone explicou que, com relação aos blocos regulados pelo regime de concessão, o percentual de arrecadação total pelo governo é pouco superior a 60%.

Perguntado sobre estudo elaborado pela consultoria da Câmara dos Deputados, que teria indicado que o potencial de arrecadação com os dois leilões seria desfavorável, devido a um preço baixo exigido pelas áreas do pré-sal, Oddone respondeu que "quem vai dizer se está barata, ou não, é a indústria".

Na mesma linha, o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do **ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, disse considerar prematura a avaliação do estudo feito pela Câmara. Frisando não ter lido o documento, ele observou que os valores propostos nos editais dos leilões passaram pelo crivo de vários órgãos do governo e que o valor exato das áreas, "se foi caro ou barato", será conhecido na sexta-feira, depois do leilão.

"É muito difícil prever", disse Félix, acrescentando que a questão passa pela discussão regulatória sobre o melhor modelo de venda, partilha de produção ou concessão. Ele, no entanto, afirmou que a lei estabelece que as áreas do pré-sal precisam ser oferecidas sob o regime de partilha da produção e que para mudar isso, é preciso uma mudança na lei.

O secretário do MME acrescentou que o valor dos bônus oferecidos pelos blocos vendidos na 14ª Rodada de Licitações da ANP, em setembro, e nas duas rodadas do pré-sal, na sexta-feira, servirão para calibrar os bônus que serão estipulados para os leilões de 2018.

As áreas que serão oferecidas nos leilões da ANP previstos para o próximo ano serão definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em reunião extraordinária prevista para a primeira quinzena de novembro.

O governo pretende realizar em março de 2018 a 15ª Rodada da ANP, que licitará áreas sob o regime de concessão, e em junho do mesmo ano a 4ª Rodada do Pré-sal. Segundo Félix, o governo também poderá oferecer no próximo ano áreas excedentes aos 5 bilhões de barris adquiridos pela Petrobras no regime de cessão onerosa, se a negociação com a estatal for concluída até o fim deste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner, Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Para secretário, dívida com a Petrobras em cessão onerosa não é ponto pacífico

Após representantes do **ministério de Minas e Energia** terem dado sinais de que a Petrobras seria credora na renegociação do contrato da cessão onerosa, o governo agora diz não reconhecer no momento ser devedor no processo, o que pode tornar mais complicada e demorada a conclusão de um acordo sobre o tema. O secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis, Márcio Félix, disse que "não é ponto pacífico" que a estatal seja credora na renegociação.

Félix disse que, no momento, as partes trabalham para "uniformizar o entendimento" sobre o assunto e que, no atual estágio, não é possível garantir que o governo é quem deve dinheiro para a Petrobras, muito menos se falar em valores. "Não tem valor [definido]", afirmou o secretário, atribuindo a especulações as informações que haveria uma diferença de R\$ 12 bilhões. "O valor é consequência", acrescentou.

Félix explicou que governo e Petrobras ainda discutem questões sobre o preço do petróleo que será considerado para o cálculo. Nesse caso, a principal dúvida é se o preço do petróleo considerado será o da data da declaração de comercialidade do primeiro ou do último campo da cessão onerosa.

O contrato da cessão onerosa, que previu a aquisição pela Petrobras de 5 bilhões de barris de petróleo, assinado em 2010, estipulou a operação por um preço médio na faixa de US\$ 80 o barril e estimava uma revisão no futuro. Desde então, porém, o preço da commodity caiu, o que sugere que o governo tenha que devolver parte do valor pago pelos barris.

O secretário afirmou que há um cuidado por parte do governo e da Petrobras com relação à base jurídica estabelecida nos contratos assinados com a estatal

durante o processo de capitalização da empresa. Ele disse esperar que a renegociação seja concluída até o fim deste ano.

O governo tem urgência em chegar a um acordo com a estatal. Caso tenha êxito na conclusão da renegociação do contrato até o fim deste ano, o governo pretende licitar o excedente da cessão onerosa em meados de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem reúne projetos de reciclagem em nova diretoria

A Braskem, maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, quer avançar em projetos da chamada economia circular, que compreende a produção, reciclagem e reúso do plástico. Para tanto, acaba de criar uma nova diretoria, de Reciclagem e Plataforma Wecycle, vinculada à vice-presidência de Poliolefinas e comandada por Fabiana Quiroga. "A nova área dará robustez às iniciativas de reciclagem", diz a executiva, que está há 16 anos na petroquímica.

Atualmente, algo entre 22% e 23% de todo o plástico utilizado é reciclado, mas há potencial para mais, conforme Fabiana. Os desafios ao avanço desses índices estão relacionados à coleta seletiva, separação das matérias-primas e valorização do resíduo plástico gerado após o consumo - o principal deles, uma vez que a resina reciclada ainda é vendida com baixo valor.

A nova diretoria reunirá todos os projetos de reciclagem já em curso na companhia, que envolvem diretamente cerca de 30 profissionais. E tem como meta o desenvolvimento de novos programas dentro da plataforma Wecycle, que busca a valorização de resíduos plásticos ao longo de toda a cadeia produtiva por meio da melhoria de processos, inclusive tecnológicos.

Novidades devem ser anunciadas em breve, conta Fabiana. Em maio, a Braskem e o Grupo Pão de Açúcar (GPA) anunciaram que vão reciclar 60 toneladas de plástico por ano para produzir as novas embalagens do alvejante da marca própria Qualitá. Agora, essa parceria será ampliada, com utilização de material reciclado nas embalagens de outros produtos dessa linha. As bicicletas urbanas Muzzicycles, do engenheiro e artista plástico Juan Muzzi, também levam plástico de reciclagem da Braskem em seus quadros.

Sob o guarda-chuva da nova diretoria aparece ainda a segunda fase do acordo firmado pela petroquímica brasileira com a Made In Space, start-up que fornece impressoras 3D para operação em gravidade zero para a Nasa, a agência espacial americana.

Além de fornecer o polietileno verde (produzido a partir de etanol de cana-de-açúcar) que é usado para a impressão de ferramentas na Estação Espacial Internacional (ISS), a Braskem está trabalhando no desenvolvimento de uma recicladora que possa ser operada no espaço. A expectativa, de acordo com Fabiana, é que a recicladora chegue à estação espacial no segundo semestre do ano que vem.

Na outra ponta, na coleta do plástico descartado, a nova área assume o programa de apoio a cooperativas e participação de 3,4 mil catadores de materiais recicláveis. "É de interesse do plástico virgem que exista uma solução pós-consumo", afirma a executiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Cláudia Schüffner e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras se prepara para leilões do pré-sal

Às vésperas das 2ª e 3ª rodadas de partilha do pré-sal, marcadas para sexta-feira, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que a empresa "não necessariamente" se limitará a disputar as três áreas do pré-sal pelas quais manifestou o direito de preferência. Segundo ele, contudo, a companhia será seletiva nos leilões.

O executivo afirmou que a estatal já conta com "um bom direito assegurado" sobre as áreas de Sapinhoá Sul, Peroba e Alto de Cabo Frio Central, pelas quais exerceu o direito de preferência de entrar como operadora. Pelas regras do leilão, se algum consórcio apresentar uma proposta melhor pelos ativos, a Petrobras poderá optar por integrar a sociedade vencedora.

"Seria possível pensar, exclusivamente sob o ponto de vista da qualidade das áreas, numa participação mais ampla, mas a seletividade e a situação da empresa exigem que façamos lances somente naquelas áreas com potencial maior. Não necessariamente apenas pelas três [Sapinhoá Sul, Peroba e Alto de Cabo Frio Central]", disse Parente, a jornalistas, após participar da Offshore Technology Conference (OTC), no Rio.

Questionado se a Petrobras repetirá a sociedade firmada com a ExxonMobil na 14ª Rodada de blocos exploratórios, para participar dos leilões desta semana, ele disse que o assunto é de "natureza estratégica", mas reiterou que a estatal buscará sempre parceiros. "Parceria é a maneira usual de se trabalhar nessa indústria e vamos de parcerias", afirmou.

Parente comentou também sobre a possibilidade de venda da participação na Braskem. Ele disse que as conversas com a Odebrecht, para revisão do acordo de acionistas da petroquímica, etapa considerada essencial para viabilizar a venda do ativo, estão "caminhando bem". O executivo disse que espera concluir as negociações - assim como a abertura de capital da BR Distribuidora - o "mais cedo possível".

Já o diretor de refino e gás natural da Petrobras, Jorge Celestino Ramos, disse que a companhia pode aprovar ainda ao este ano o modelo de venda de participação em seu parque de refino.

"Ao longo deste ano pode ser que [aprovem o modelo de venda], sim. Temos que olhar quais são os modelos e aprovar nas instâncias devidas", afirmou ele, destacando que o modelo a ser escolhido ainda precisa passar pelas análises e receber aprovações do comitê diretivo, diretoria executiva e, por fim, do conselho de administração da Petrobras.

Questionado sobre as negociações com a chinesa CNPC para uma possível parceria para a conclusão das obras da refinaria do Comperj, em Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, Celestino disse que a Petrobras "continua conversando".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Índice do 5º ciclo de revisão é criticado

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) disponibilizou uma nota técnica com o custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês) das distribuidoras de energia, que será utilizado no cálculo das próximas revisões tarifárias periódicas das concessionárias, no 5º ciclo de revisão tarifária. O percentual preliminar é de 7,24%, abaixo dos 8,09% do 4º ciclo de revisão tarifária. O percentual ficou muito abaixo do esperado por analistas do setor elétrico.

Um ponto que chamou a atenção foi que a nota técnica não atualizou o prêmio de risco de crédito. Isso foi justificado pela descontinuidade do acesso da Aneel à série de dados da agência de riscos Moody's. Segundo um analista que pediu para não ser identificado, a manutenção do prêmio de risco atual por esse motivo é "uma piada" do regulador e, se mantido, será extremamente prejudicial para as distribuidoras de energia.

A taxa proposta foi uma "surpresa negativa", disse o Credit Suisse, em relatório assinado pelos analistas Vinicius Canheu e Arlindo Carvalho. O banco calculava que o Wacc do novo ciclo ficasse em 7,49%.

"Enquanto o Wacc será submetido à uma audiência pública, notamos que há espaço limitado para mudanças", escreveram os analistas. Isso porque a Aneel só está atualizando os parâmetros do cálculo, mas não sua metodologia, que foi estabelecida em 2015. Por isso, eles não esperam uma mudança como a de 2015, quando o Wacc do 4º ciclo saiu de uma taxa preliminar de 7,16% para os 8,09% vigentes.

De acordo com o UBS, as mudanças que justificam a taxa mais baixa no próximo ciclo são a estrutura mais alavancada das distribuidoras e uma taxa de prêmio de risco menor. Dados disponibilizados pela Aneel para a alavancagem das companhias, porém, não são considerados consistentes pelo analista Marcelo Sá, do UBS. Ele aponta que a dívida de 100% na estrutura de capital da CPFL Paulista, por exemplo, não parece ser "razoável".

Os analistas apontam que aquelas que terão revisão em breve e são mais endividadas serão as mais prejudicadas pela taxa proposta. É o caso da Eletropaulo. Para o UBS, o Wacc proposto pode ter um efeito negativo de 16% no valor considerado justo para as ações da Eletropaulo. O banco avalia que as ações da companhia valem R\$ 9,90 atualmente, preço que recuaria para R\$ 8,30 com as novas regras.

A proposta seria submetida à reunião ordinária da diretoria da Aneel realizada ontem, para início da audiência pública nesta semana. A agência, porém, tirou o processo da pauta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo

Título: Setor de biodiesel cobra do governo previsibilidade

Previsibilidade quanto ao comportamento da demanda. É o que querem produtores e distribuidoras de combustíveis quando o assunto é a mistura obrigatória de biodiesel no diesel. Atualmente, o percentual está fixado em 8% (B8), e a expectativa é de aumento para 10% (B10) já em março do ano que vem, um ano antes da previsão inicial. Mas, segundo Julio Minelli, diretor-executivo da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), novos investimentos para atender ao aumento da demanda até o B15 dependerão de previsibilidade.

"As empresas precisam de tempo para se planejarem", reforçou Sérgio Massillon, diretor institucional da Associação das Distribuidoras de Combustíveis (Brasilcom), durante a Conferência BiodieselBR, realizada ontem em São Paulo. Segundo ele, aumentos como a indústria queria que ocorresse com o B9 este ano são inviáveis. "Não dá para aumentar da noite para o dia", disse. A proposta de entidades da área de biodiesel era que o aumento para B9 fosse em novembro deste ano.

No mês de março do ano passado, a então presidente Dilma Rousseff alterou a lei que regulamentava a proporção de 7% na mistura de biodiesel no diesel e foi estabelecido um cronograma que levaria o percentual a até 10% em 2019 - a meta antecipada para 2018. Minelli, da Aprobio, prevê que o incremento para 10% de biodiesel ampliará em 25% a demanda de biodiesel em 2018, para 5,4 bilhões de litros.

"Não vemos problemas com a implementação do B10. Mas temos de começar a agir para alterar as regras de estoques reguladores", afirmou Waldyr Barroso, diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). De acordo com ele, a "ineficiência do cálculo da demanda vem causando uma redução do volume estimado dos estoques". Mas Barroso destacou que, nos últimos leilões de biodiesel realizados no país, houve uma tendência de diminuição da concorrência, o que tem pressionado os preços do produto.

MME / ASCOM .